

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 9 n. 3 dezembro 1981

*Os Arquivos
e a Avaliação
de Documentos*



2577 Clas. PER
vo & Administração
.3
dez.1981

Do q' se contem no requerimento dos Contratadores da neve posso atesta-
ser tudo verdade, porq' de tudo fui bem informado nos tempos em q' succedeu.
Nao creio haverá quem duvide q' convem favorecerlos p' q' acabem de aperfei-
zar sua empresa de q' resultará a esta Cid. ser provida de neve com mais
abundancia, prontidao, e certeza; assim porq' eles sao dignos deste favor pela
grande despeza q' ja tem feito, e pelo mto. trabalho q' lhes tem causado, como por
se por falta de proteccao se virem obrigados a desistir deste neg.; nao hãe
outros q' se queiram meter nele.

Presuposto isto, tres pontos se devem tomar em consideracao p' a rezã
lucra da consulta do Senado: 1.º o tempo q' deve durar o privilegio renovado
2.º o preço porq' deverão os Sup.^{tes} neste t. ipo dar a neve: 3.º as penas
pelo contrato antecedente estavam sujeitos quando faltarem com a neve.

Quanto ao 1.º em todas as fabricas, e estabelecim.^{tos} novos se con-
tuma' conceder anos de privilegios bastantes nas lo' q' a sua firme fundacão, m.
q' deixarem lucro aos q' os empreendem. Esta maxima q' se pratica ainda
a respeito daquelas couzas, q' cadaqual pode continuar depois de introduzidas,
mto. mais deve ter lugar na introducção das nevencas, q', como ja disse, nãe
outro proseguir, se os Sup.^{tes} se deixarem disso. Nem o privilegio q' elles
pedem se porq' possam recear, q' outros intentem empresa semelhante a sua,
mas porq' Marcos Alvares, ou algum outro os nas' vendas perturbar con-
duzindo neve da Serra da Estrela. Pelo q' me parece, q' o privilegio se de
renovar aos Sup.^{tes} pelos dez anos q' pedem, visto q' publico nada creio a p' p'
dez nifos, antes tirará a conveniencia de q' eles animados com esta gra-
va' continuando os gastos q' ainda serião necess.^{os} p' elegarem ao fim da em-
presa.

Pelo q' toca ao preço, seja foye certo, q' os Sup.^{tes} todos os anos, ...
em Montejunto todo o provimento necess.^o, bem poderia fazer velles o arrat.
de neve ou gelo a trinta reis, porq' no grande consumo tiraria' hãe razõave.
conveniencia. Porém como ainda está mui longe desta certeza, e foye se
pontos ahaverem de mandar vir neve da Serra da Estrela, ou por se
bar a de Montejunto, ou por haver passado o inverno sem gelar totalmen-
naquele sitio; e alem disto se achas' em descuberto da grande despeza q' tem
feito, parece, q' toda a equidade persuade, q' se lles permita a venda de
neve por 40 R e o arratel em todos os dez anos, no q' ja o publico lucra
um vintem do preço por q' antes o comprava; ou ao menos q' se lles permita
venda nos primeiros seis anos a 40 R, e nos quatro seguintes a 30 R, porq'
quando se eleger a este, conforme as circumst.^{as}, e o estado em q' se achar o

O transcurso do 10.º Aniversário de fundação da AAB proporcionou o ensejo de nos fixarmos mais atentamente em pontos decisivos no que se refere aos estudos relacionados à Arquivística e que, por isso, revelam-se objeto de especial atenção por parte dos profissionais da área.

O Seminário **A Arquivologia Contemporânea em Debate**, realizado nos dias 21, 22 e 23 de outubro, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, constituiu-se numa oportunidade que tiveram os profissionais de arquivo de debater questões cuja relevância manifesta-se na própria seleção dos temas: **Os Arquivos e a Avaliação de Documentos; Publicações de Arquivos: Seu Papel e Significado e Construção de Arquivos**. A qualidade dos trabalhos apresentados deve-se à participação de renomados especialistas aos quais é creditado o grande êxito deste evento.

A presença de estudantes, em número significativo, deu-nos a satisfação de constatar que começam a produzir resultados os nossos esforços no sentido de promover maior aproximação entre aqueles que brevemente se tornarão nossos colegas, objetivando, dessa forma, o permanente incentivo ao debate.

Neste número encontra-se detalhada toda a programação comemorativa da nossa data maior, além da divulgação de trabalhos sobre **Avaliação de Documentos**, apresentados por Helena Corrêa Machado e Clairé de Sousa Pires.

Ressaltam-se os enfoques diferentes que foram dados ao assunto: o primeiro versa sobre os critérios gerais de seleção e avaliação, realçando o caráter interdisciplinar da mesma, tendo em vista as dificuldades de se determinar o valor dos documentos pela subjetividade que esta atividade encerra; o segundo aborda a matéria na área jurídica, enfatizando a legislação existente quanto aos prazos de prescrição de documentos.

Dando prosseguimento ao nosso trabalho, convém lembrar que o 5.º Congresso Brasileiro de Arquivologia, promovido pela AAB, a realizar-se de 17 a 22 de outubro de 1982, na Cidade do Rio de Janeiro, abrirá um novo espaço para o questionamento dos principais temas ligados à problemática arquivística.

Lia Temporal Malcher

Revista quadrimestral de divulgação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros

Conselho Editorial

Eloísa Helena Riani
Helena Corrêa Machado
José Lázaro de Souza Rosa
José Pedro Pinto Esposel
Maria de la E. de España Santos
Maria Luíza S. Dannemann
Marilena Leite Paes

Redatora-Chefe

Maria Amélia Gomes Leite

Secretária

Maria Odila Kahl Fonseca

Editoração

Edições Achiamé Ltda.
Rua da Lapa, 180/gr. 1205-6
Tel.: 222-0222
Rio de Janeiro - RJ

Composição

Linótipo S/C Composições Gráficas

Impressão

Midas Ind. Gráficas Ltda.

SUMÁRIO

Editorial 1

Estudos

Os Arquivos e a Avaliação
de Documentos 3
Critérios de Avaliação de Documentos
de Arquivo 10
Avaliação de Documentos
de Arquivo 13
Os Arquivos e a Avaliação
de Documentos 16
Avaliação de Arquivos
Contemporâneos 20

Várias

Formação Arquivística 28
Os Arquivos e a Vida de Hoje 30

Desburocratização

Administração 32
A Burocracia é uma Máquina Armada
para Produzir Palavras e Papelório.
E um subproduto: a memória
nacional 33
Os Caminhos da Desburocratização 35
Informe 37
Crônica 48

**ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS
BRASILEIROS**

Diretoria 1981-83

Presidente:

Lia Temporal Malcher

Vice-Presidente:

Afonso Carlos Marques
dos Santos

1º Secretário:

Maria Amélia Gomes Leite

2º Secretário:

Jaime Antunes da Silva

1º Tesoureiro:

Eliana Rezende F. de Mendonça

2º Tesoureiro:

Lúcia Maria de Oliveira

Conselho Deliberativo

Astrêa de Moraes e Castro
Gilda Nunes Pinto
Helena Corrêa Machado
Janine Resnikoff Diamante
Maria Luíza S. Dannemann
Marilena Leite Paes
Myrthes da Silva Ferreira
Raul do Rego Lima

Suplentes

Hélio dos Santos
Jaime Antunes da Silva
Maria Amélia Porto Migueis
Martha Maria Gonçalves
Maura Esândola Quinhões
Paulo de Tarso R. D. Paes Leme

Conselho Fiscal

Fernando Salinas
Maria de Lourdes da Costa
e Souza
Milton Machado

Suplentes

Eloísa Augusta Vieira
de Almeida
Marilúcia Ribeiro da Silva

Correspondência para
Arquivo & Administração
Praia de Botafogo, 186, sala B-217
22253 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 551-0748

Esta publicação está sendo
subvencionada pelo Conselho Nacional
de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico — CNPq.

Preços de assinaturas

Sócios da AAB distribuição gratuita

Não-sócios Cr\$ 300,00

Exemplar avulso
ou atrasado Cr\$ 100,00

Distribuição: AAB

Deseamos permuta

Nous desirons échange

We are interest in exchange

Os artigos assinados são
de inteira responsabilidade dos
respectivos autores e não
expressam necessariamente
o pensamento da Associação
dos Arquivistas Brasileiros ou
dos redatores de
Arquivo & Administração.
Permitida a reprodução de
artigos desde que seja
observada a ética autoral que
determina a indicação
da fonte.

R. 25 FF

Arquivo & Administração v. 1- n. 0 1972-
Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.
v. ilust. 28 cm quadrimestral.

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos. I. Associação
dos Arquivistas Brasileiros. II. Esposel, José Pedro Pinto. III. Machado,
Helena Corrêa. IV. Paes, Marilena Leite. V. Vieira, Regina Alves. VI. Mal-
cher, Lia Temporal.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 9	n. 3	p. 1-48	set./dez. 1981
-------------	----------------	------	------	---------	----------------

Nilza Teixeira Soares**

1. Introdução

Quero neste momento parabenizar os organizadores deste Seminário e manifestar o regozijo da Câmara dos Deputados, que se associa às comemorações desta efeméride, que nos é tão cara e significativa. Graças à compreensão do meu Diretor imediato — Dr. Aristeu Gonçalves de Melo, Diretor do Centro de Documentação e Informação, e do Senhor Presidente, Deputado Nelson Marchezan, sem esquecer os escalões intermediários, Senhor Secretário-Geral da Mesa, Dr. Paulo Afonso de Oliveira Martins, Senhor Diretor Legislativo, Dr. Humberto Gentil Barbosa e Senhor Diretor-Geral, Dr. Alterado de Jesus Barros, aqui e s t o u e espero que minha contribuição ao tema desta 1.ª Sessão — Avaliação de Documentos de Arquivo — represente uma colaboração efetiva. Na verdade, temos nos dedicado a esse assunto, que constitui meta prioritária de minha administração, como Diretora da Coordenação de Arquivo do Centro de Documentação e Informação.

* Intervenção apresentada na 1ª Sessão do Seminário *A Arquivologia Contemporânea em Debate*, ao ensejo das comemorações do 10.º aniversário da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

** Diretora da Coordenação de Arquivo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

2. Arquivos de Empresas, Econômicos e Sociais

Para iniciar, eu gostaria de acrescentar algo às ponderações da Dra. Helena Corrêa Machado, representante do Grupo da AAB, ABNT e Arquivo Nacional, que estuda o problema da avaliação, em contestação à afirmativa do Dr. Werneck de que nossas preocupações se voltam exclusivamente para a área oficial. Embora Helena haja contra-argumentado, mostrando que os exemplos anotados são principalmente de caráter privado, eu diria que nós na realidade estamos atentos ao papel que representam os arquivos de empresas privadas para as pesquisas de ordem econômica e social. Esse fato se torna evidente se invocarmos o anteprojeto da nova lei de arquivos, em fase de redação final, divulgado no *Diário Oficial* de 1.º de julho de 1981, que dispõe, em capítulos distintos, sobre os arquivos públicos e arquivos privados, e que prevê a classificação de arquivos privados como *arquivos históricos de interesse público* e cria ainda no Arquivo Nacional um Registro de Arquivos Privados.

Quanto à avaliação de documentos, seria procedente que nos ativéssemos aos arquivos oficiais, pois, na verdade, as empresas privadas estão muito atentas aos problemas de relações jurídicas para com o Estado, com seus clientes e empregados, e conhecem bem os valores legal e fiscal que os documentos apresentam, pois sabem

o que representa em termos de prejuízo financeiro não se munirem das necessárias provas, para eventuais questões. Sabem por quanto tempo podem ser os documentos úteis para comprovações em juízo ou junto aos órgãos de tributação, aos órgãos fiscais.

Quanto à guarda de documentos inúteis, as empresas também são mais criteriosas que os órgãos públicos, pois dimensionam o que representa em custo a manutenção de depósitos.

Nos órgãos públicos, é sabido, não existe a preocupação da redução de custos e despesas inúteis. Por esta razão, os arquivos se acumulam e se desfiguram, não se lhes dando a atenção que merecem, quando mais não fosse, por medida de economia.

3. Tabelas de Temporalidade

Quanto à exposição da Dra. Helena sobre o trabalho elaborado, diria que me parece mais apropriado falar de Tabelas e não Tabela de Temporalidade, porque entendo que devemos elaborar tabelas para as funções específicas de cada órgão e para cada uma das funções pertinentes às atividades-meio, ou seja, para as áreas de Pessoal, Material, Finanças, Serviços Gerais, Transporte, Patrimônio, Comunicações, etc. O Canadá dispõe de seis tabelas de documentos gerais, comuns a todos os órgãos (Administração, Finanças, Pessoal, Edifícios,

Terras e Propriedades, Material e Equipamentos e Serviços Gerais).

4. Prazos Prescricionais

Quanto à proposta formulada pelo Dr. Clairê, de se criar um grupo para levantar todos os prazos prescricionais, parece-me oportuna. Eu diria, contudo, que tal levantamento deve ser levado a efeito junto aos órgãos específicos da Administração, pois, dentro de suas respectivas áreas de competência, teriam melhores condições de arrolar todos os casos em que a lei confere às partes o direito de reivindicar em juízo, esgotados os recursos na esfera administrativa.

5. Documentos de Planejamento e de Execução

Dentre os critérios de avaliação que a Dra. Helena expôs, creio que seria necessário fazer uma distinção básica entre documentos de planejamento e de política dos órgãos e os documentos executivos, ou seja, gerados no desempenho das atribuições expressas naqueles. Os documentos de planejamento e política do órgão são pouco volumosos e não constituem problema maior nos arquivos, pois inclusive poucas vezes chegam a ser remetidos à sua guarda. São os que Helena mencionou como documentos de cúpula. Já os executivos, são volumosos, pois constituem documentos de rotina, são produzidos em grande volume. Pode-se visualizar uma pirâmide em cuja base se encontram séries de documentos repetitivos e rotineiros. Observa-se que o valor dos documentos está na ordem inversa do seu volume. É de se lembrar, no entanto, que para história quantitativa, as séries volumosas, de documentos repetitivos, é que oferecem maior interesse para pesquisa. Apresentam valor histórico-informativo.

6. Valor Administrativo, Legal e Fiscal (Valores Primários)

Quer me parecer que a abordagem da avaliação deva ser feita em dois níveis de interesses: 1) interesse do próprio órgão onde são gerados ou acumulados; e 2) interesse arquivístico, vale dizer, para atender a outros objetivos que não aqueles para os quais foram os documentos criados.

Podemos tentar nova terminologia, se não quisermos adotar a americana — valores primários, para o administrativo (aí incluídos valores técnico e operacional), o legal e o fiscal e *valores secundários* para o histórico-probatório e histórico-informativo.

7. Duas Autoridades: Administrativa e Arquivística

Torna-se necessário enfatizar que a definição do ciclo de vida dos papéis se processa a nível do órgão-autoridade administrativa e, que, paralelamente, existe a autoridade arquivística, a nível mais amplo, com interesses e pontos de vista próprios. A autoridade administrativa está ligada às 1.^a e 2.^a idades dos documentos, ao interesse histórico que extrapola o do órgão. É sabido que apenas um pequeno percentual atinge esta idade.

8. Arquivos Acumulados

A proposta da ABNT, pelo que podemos deduzir, se opera através de *Comissão de Análise*, sobre arquivos acumulados.

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que essa metodologia se prende a raízes históricas, ou seja, à tradição de chegarem os documentos aos arquivos e às instituições que se responsabilizariam pela sua guarda permanente, já desfigurados, acumulados em massas disformes. Não havia outra opção

senão a de se debruçar sobre esse acervo, como ele se apresenta.

9. Administração de Documentos

Mais recentemente, o arquivista se lançou na empreitada de administrar os documentos, de conhecê-los na origem, de forma a proceder à análise da inter-relação dos conjuntos e de organizá-los a partir dos arquivos em formação.

A nova posição do profissional de arquivo vai sendo caracterizada como uma verdadeira revolução. Se ao arquivista de arquivos públicos cabe responder pelos documentos de 3.^a idade, nada mais razoável que se faça presente a partir da 1.^a idade e até mesmo na fase "pré-natal" dos documentos, nos órgãos de origem.

10. O Arquivista Moderno

A lei n.º 6.546/78 que regulamenta a profissão do arquivista, em seu art. 2.º, alínea II dispõe sobre o trabalho do arquivista, que deve participar do trabalho documental do órgão a que serve. Acompanhando a sua sistemática na fase ativa, tem o arquivista melhores condições de vir a executar um bom trabalho de análise da inter-relação dos conjuntos, identificando as séries que recapitulam informações de forma mais compacta e em melhores condições de consulta.

11. Legislação Básica

Entre os vários itens arrolados por Helena como preliminares à avaliação — como sejam, conhecer o funcionamento da instituição a que está subordinado o arquivo, identificar os órgãos de posicionamento superior na escala hierárquica, etc. eu acrescentaria um, que nos parece importante: reunir a legislação básica e específica que disciplina

o desempenho das várias funções, seja de órgão oficial, seja de empresa privada. Através do exame da legislação básica se compreendem melhor os documentos gerados.

O controle e a organização dos atos normativos, modernamente, se inserem como parte da *administração de documentos* e é competência do órgão de arquivo. Um setor de acompanhamento e controle da legislação pertinente e dos atos normativos habilita o arquivista a melhor compreender a documentação gerada, a constituir um núcleo de registro e controle dos atos oficiais, de grande interesse para a própria administração e, finalmente, forçosamente o habilitará à prestação de um serviço mais qualificado a pesquisadores, no futuro.

12. Apoio Superior

Constitui na verdade uma preliminar indispensável o apoio superior mencionado por Helena.

Se a direção do órgão não se conscientiza da necessidade de conhecer os documentos que se acumulam em seus arquivos, de forma a racionalizá-los e a dar-lhes uma destinação adequada, no tempo próprio, os arquivistas terão dificuldade em levar a efeito qualquer programa de avaliação.

Torna-se, pois, essencial que os escalões superiores assumam a responsabilidade pelo trabalho, e se posicionem ao lado dos arquivistas, pelo bem comum. Forçosamente haverá redução de área ocupada inutilmente, haverá melhores condições de recuperação de informações e o corpo de funcionários será mais reduzido, havendo melhor aproveitamento dos recursos humanos.

No momento em que há grande preocupação com a desburocratização, o apoio da equipe de racionalização e produtividade, das equipes de O & M, constitui um caminho seguro para se atingir os obje-

tivos de uma política de avaliação criteriosa — eliminar documentos, reduzindo a massa documental, sem prejudicar a informação e os interesses da entidade.

13. Avaliação na Câmara dos Deputados

Contrariando a tradição de avaliar os documentos já acumulados e entregues à guarda do Arquivo, a Coordenação de Arquivo, da Câmara dos Deputados, através da Seção de Avaliação e Recolhimento, optou pelo levantamento da produção documental, na origem, com a colaboração das unidades orgânicas em que são as diversas rotinas administrativas levadas a efeito. Pode-se, através do fluxograma documental, identificar os documentos gerados, tanto originais como multicópias, o papel que lhes é reservado, conhecer o conteúdo informativo dos documentos, identificar os que recapitem informações e dados, observar o arranjo que se lhes dá na fase ativa, propor novos métodos de classificação de forma a facilitar o descarte de documentos de ciclos de vida distintos.

Procuramos definir o prazo de guarda dos documentos da fase ativa e disciplinamos a guarda intermediária, que se desdobra em dois momentos — fase intermediária junto ao setor de origem e fase intermediária na Coordenação de Arquivo.

Das rotinas analisadas, um grande percentual foi identificado como eliminável no setor. Não se justificaria formalizar a transferência para em seguida se proceder à eliminação.

Para evitar quaisquer excessos ou enganos, a eliminação no setor será devidamente formalizada pela Coordenação de Arquivo, que se incumbirá, igualmente, da inutilização dos documentos, inclusive pela máquina fragmentadora que possuímos.

De 11 rotinas analisadas, identificamos 129 espécies de documentos gerados, que se desdobram, por cópias e originais, em 313 unidades de arquivo. Desse total, 94 foram identificados como de valor permanente, 123 elimináveis no setor e 14 elimináveis na Coordenação de Arquivo. Em termos percentuais, os preserváveis representam cerca de 30%, que em volume de papéis representam muito mais, pois são séries volumosas contra documentos recapitulativos, compactos.

14. Critério da Importância

A aplicação do critério de importância tem sido por nós evitada, face à relatividade e subjetividade desse juízo de valor. São conhecidas as mutações que se verificam a cada nova geração sobre o que é importante para a pesquisa histórica, por isto aplicamos critérios objetivos de avaliação — O órgão gera certa informação? Há que preservá-la. Analisamos, é claro, a documentação pertinente, em busca da forma mais compacta dos documentos recapitulativos — e recomendamos sua preservação. Neste caso, mais uma vez, convém lembrar o princípio da *Redução da massa documental*, sem prejuízo da informação.

15. Perspectiva Histórica e Valor dos Documentos

Invoco o trabalho da ilustre Professora Célia Freire, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutora em História Econômica, publicado na *Revista do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro* (ano 1, pp. n. 2, 1977, pp. 89 a 94) onde ela afirma que a influência do progresso das Ciências Sociais nos critérios de seleção de material e documentos para estudos históricos e sociais foi profunda. As modificações ocorridas

quanto ao antigo conceito da importância nos estudos de História e de Ciências Humanas teriam “repercussão na seleção e na análise dos materiais e da documentação, quase automática, do mesmo modo que a complementação de dados através de novos tipos de documentação. A importância das séries de documentos, para estudo das economias e das sociedades, através de tratamento estatístico do material, modificou muito as concepções antigas, mais limitadas e restritas e, em compensação, ampliou a visão e a explicação da maior parte dos acontecimentos. (...) Quaisquer dessas investigações e estudos dependem enormemente da documentação, não curiosa ou ornamental, mas abundante que se presta ao tratamento científico adequado. O que não exclui, como já observamos, os antigos métodos qualitativos (...)”.

Protesta a professora Célia Freire contra a eliminação, contra a queima de arquivos oficiais ou para-estatais, como se verifica no Brasil. “Arquivos setoriais, talvez únicos para a realização de estudos de cunho econômico e social, não podem ser eliminados por decisão unilateral de alguns dirigentes, ocasionais e temporários, sem consulta a especialistas nem à *opinião pública interessada no assunto.*”

Opõe-se a professora Célia Freire à destruição, sem *avaliação histórica minuciosa*, de 12 milhões de processos do INPS, que poderiam constituir rico manancial de pesquisa para questões sócio-econômicas de alta importância para a área da SAÚDE e de TRABALHO, e que exigiriam quadros competentes, verba e exame que seriam já a primeira abordagem criteriosa. Segundo a autora, “do ponto de vista científico, não há fundamento que justifique a certeza da acertada seleção do material de pesquisa para autorização de destruição, sem possibilidade de reposição e reexame, pois é sabido que o critério de importância do que seja

essencial ou irrelevante em cada área científica — e notadamente nas Ciências Sociais — varia com as épocas e o progresso da própria ciência (...)”.

A solução final proposta pela professora Célia seria a da microfilmagem, que, a nosso ver, só se recomenda após avaliação do contexto documental em que o acervo é gerado. Repito, a análise das fontes paralelas e recapitulativas de dados torna-se preliminar essencial à decisão sobre a destinação das séries documentais — seja a eliminação, seja a preservação permanente.

16. Governo Colonial e Arquivos

Em socorro da metodologia que vimos desenvolvendo, analisando os documentos gerados na fase ativa do desempenho das unidades orgânicas, invoco, com muito prazer, o precioso trabalho de pesquisa que realiza o Arquivo do Estado de São Paulo, como preliminar ao arranjo do acervo que mantém sob sua custódia.

Trata-se de um projeto em que uma equipe de pesquisadores examina Ordenações, Regimentos e demais atos legislativos com a preocupação de levantar a estrutura da organização do governo a partir do Brasil Colônia e de todos os cargos e funções existentes, com definição da competência de seus titulares e identificação das espécies documentais que deveriam forçosamente produzir, por dever de ofício.

Assim procedendo, o Arquivo Estadual de São Paulo prepara um instrumento de trabalho que o habilitará a identificar as séries que venha a localizar no acervo, definindo com segurança a procedência dos documentos e sua razão de ser.

Vejo nessa metodologia um paralelo com a metodologia que desenvolvemos na Câmara dos Depu-

tados para os arquivos em formação. Como dissemos anteriormente, identificamos séries de guarda permanente e o significado das mesmas no contexto em que são produzidas e acumuladas, bem como assinalamos as elimináveis a curto, médio ou longo prazo.

17. A Era Pós-Custódia dos Arquivos

Para concluir, lembrarei aos participantes que nós, de fato, ainda não equacionamos o problema dos arquivos gráficos e já estamos vivendo a era da informática, do processamento eletrônico de dados, enfim a era que já está sendo chamada pelos arquivistas de pós-custódia, e que constitui, para os arquivos, uma nova revolução. “Nossa eficácia como arquivista — diz o arquivista do Estado de Wisconsin, USA, Gerald Ham — nessa nova era, depende da nossa habilidade de modificar nosso comportamento e atualizar nossa estratégia para acompanhar os problemas criados por essa revolução. A informática força-nos a um papel ainda mais ativo, em que devemos tomar decisões sobre o futuro dos documentos históricos” (American Archivist. v. 44, n. 3, 1981).

A tecnologia está modificando o cenário da Arquivologia. A própria microfilmagem já se mostra pouco eficiente, se compararmos os seguintes dados citados por Gerald Ham: 2.400.000 declarações de Imposto de Renda acondicionados em 1.800 caixas de arquivo; se microfilmadas, ficam reduzidas a 25 pés cúbicos. Os seus dados se processados em fitas magnéticas constituem arquivo inferior a um pé cúbico.

Constitui preocupação a posição do arquivista, a quem compete zelar pela guarda sistemática de acervos. Como se sabe, o processamento por computador permite atualização de dados e modificações

constantes, podendo, inclusive, reutilizar o material empregado, o que, na verdade constitui séria ameaça para os arquivos.

Vale lembrar, a título de curio-

sidade, que a capacidade dos discos-vídeos, gravados por raio laser, é infinitamente maior do que a do computador, mas os técnicos da área só lhe fazem uma restrição:

não podem ser apagados e reutilizados. Para os cientistas e técnicos da área, é um desafio a ser superado, para infelicidade dos arquivistas...

AVALIAÇÃO DE ARQUIVOS CONTEMPORÂNEOS*

Ake Kromnov**

Tradução e Compilação de

Maria Amélia Porto Migueis ***

Resumo

A avaliação de documentos contemporâneos em arquivos de todo o mundo. Trabalho baseado nas respostas obtidas pelo questionário Enquiry Regarding Destruction Conditions and Problems, elaborado e enviado pelos Arquivos Nacionais da Suécia, em 1975, a cerca de 60 países, numa prévia para o VIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Washington, DC, de 27 de setembro a 1.º de outubro de 1976.

1. Introdução

A avaliação de documentos contemporâneos é um problema dos mais delicados e importantes da Ciência da Arquivologia. Tem sido objeto de numerosas discussões em livros e periódicos da área de his-

tória e de arquivos. Entretanto, o volume de literatura dedicada à avaliação nos arquivos não é proporcional a sua importância. Várias razões determinam este aparente desequilíbrio. A dificuldade em estabelecer normas objetivas para a avaliação, a tendência a abordar os problemas mais sob o ponto de vista prático do que sob o teórico, e, naturalmente, as limitações impostas pela própria formação científico-educacional dos arquivistas, certamente contribuíram, em grande parcela, para que se criasse essa situação.

A terminologia usada no campo arquivístico, como se sabe, é sumamente variada. Mesmo especialistas, de diferentes países, têm dificuldade em compreender termos e conceitos empregados uns pelos outros. Frequentemente, as diferenças organizacionais entre países contribuem para interpretações dúbias.

Neste caso, seria bom salientar que as possibilidades de encontrar normas aceitáveis para a avaliação de arquivos contemporâneos dependem da herança administrativa e de rotinas governamentais de cada país. Torna-se, portanto, difícil aproveitar a experiência de outros países.

Este estudo baseou-se — de acordo com recomendações dos organizadores do VIII Congresso Internacional de Arquivos — no seguinte:

a) literatura específica, a qual, considerando-se as dificuldades de língua, abrangeu sobretudo trabalhos de autores ingleses, franceses, alemães e escandinavos. Entre a literatura não utilizada encontra-se um trabalho que merece especial destaque: *The Relations between State and Administrative Archives* (As Relações entre os Arquivos do Estado e os Administrativos), de F. I. Dolgikh (VII Congresso Internacional de Arquivos);¹ b) vinte e seis respostas ao questionário *Inquérito relativo à eliminação, suas condições e seus problemas*, enviado pelos Arquivos Nacionais da Suécia, em junho de 1975, aos Arquivos Nacionais e instituições congêneres, de aproximadamente 60 países. As questões foram formuladas por Claes Granstrom, PhD., e Jan Lindroth, PhD., arquivistas dos Arquivos Nacionais da Suécia. As respostas foram revistas e selecionadas por Lindroth e resultaram em dados utilizados na elaboração deste relatório.²

* Versão abreviada do relatório preliminar distribuído entre os membros do VIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Washington, em outubro de 1976. Visando não ultrapassar os espaços limites de matéria deste volume, quatro capítulos da Conferência original foram condensados num pequeno capítulo: *The Organization of Appraisal and Destruction*. Um capítulo relativo à avaliação e microfilmagem foi omitido. Finalmente, a maioria dos exemplos tomados dos diversos países não foram considerados.

** Diretor-Geral dos Arquivos Nacionais da Suécia.

*** Membro do Comitê de Terminologia da Comissão de Estudos de Arquivologia da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

¹ Em *Archivum*, vol. XXIV (1974), p. 33-37.

² Grande parte do material e opiniões usadas nesta conferência são provenientes de trabalhos de Nils Nilsson, um dos mais famosos especialistas suecos em avaliação e eliminação de documentos públicos, em suas obras *Arkivkunskan*, ed. 1973, e *Arkiven och informationssamhället*, ed. 1976, capítulo *Arkivgallring*, p. 1700 e verso.